



O SORRISO DAS MASCULINIDADES NEGRAS TRAZ FELICIDADE?

¿LA SONRISA DE LAS MASCULINIDADES NEGRAS TRAE FELICIDAD?

DOES THE SMILE OF BLACK MASCULINITIES BRING HAPPINESS?

Deivi Ferreira da Silva Matos¹

Daniel de Souza Campos²

RESUMO

Neste ensaio, tomamos como reflexões a trajetória dos homens negros na diáspora a partir de duas conexões que circunscrevem o existir dessas masculinidades: a política de morte e as estratégias de (re)sistências criadas por esses homens. Esta proposta parte do diálogo com perspectivas que versam sobre masculinidades negras, interseccionados por raça e gênero, interrelacionados com violência, afetividade, paternidade e construção de projetos de felicidade e denúncia do racismo antinegro através da música. Para a partir dessas problematizações promover um debate centrado nessas intersecções e na forma como as masculinidades negras são construídas em (e por) relações e dispositivos culturais, em uma sociabilidade marcada pela estruturação colonial, branca e cisheteropatriarcal. O exercício metodológico e ético de construção de uma narrativa de caráter contra hegemônico é permeado por dificuldade e incertezas, mas também por surpresas e aprendizados para questionar as estruturas que insistem em (in)visibilizar o Bem Viver para os homens negros.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades negras. Genocídio, Felicidade. Resistência.

RESUMEN

En este ensayo, reflexionamos sobre la trayectoria de los hombres negros en la diáspora a través de dos conexiones que delimitan la existencia de estas masculinidades: las políticas de la muerte y las estrategias de (re)sistencia creadas por estos hombres. Esta propuesta surge de un diálogo con perspectivas que abordan las masculinidades negras, intersectadas por la raza y el género, interrelacionadas con la violencia, el afecto, la

¹ Mestre em Serviço Social. Professor Substituto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

² Doutor em Serviço Social. Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

paternidad y la construcción de proyectos de felicidad y la denuncia del racismo anti-negro a través de la música. A partir de estas problematizaciones, promovemos un debate centrado en estas intersecciones y en cómo las masculinidades negras se construyen en (y por) las relaciones y dispositivos culturales, en una sociabilidad marcada por estructuras coloniales, blancas y cisheteropatriarcales. El ejercicio metodológico y ético de construir una narrativa contrahegemónica está permeado de dificultades e incertidumbres, pero también de sorpresas y lecciones aprendidas, desafiando las estructuras que insisten en (in)visibilizar el Buen Vivir para los hombres negros.

PALABRAS-CLAVE: Masculinidades negras. Genocidio. Felicidad. Resistencia.

ABSTRACT

In this essay, we reflect on the trajectory of Black men in the diaspora through two connections that circumscribe the existence of these masculinities: the politics of death and the strategies of (re)sistance created by these men. This proposal stems from a dialogue with perspectives that address Black masculinities, intersected by race and gender, interrelated with violence, affection, fatherhood, and the construction of projects of happiness and denunciation of anti-Black racism through music. Based on these problematizations, we promote a debate centered on these intersections and on how Black masculinities are constructed in (and by) cultural relations and devices, in a sociability marked by colonial, white, and cisheteropatriarchal structures. The methodological and ethical exercise of constructing a counter-hegemonic narrative is permeated by difficulties and uncertainties, but also by surprises and lessons learned, challenging the structures that insist on (in)visibilizing the Good Life for Black men.

KEYWORDS: Black masculinities. Genocide. Happiness. Resistance.

* * *

*Beijo a mão que me condena
A ser sempre desgraçado
Obedeço ao meu destino
Respeito o poder do fado
Que eu ame tanto
Sem ser amado
Sou infeliz
Sou desgraçado.*

Padre José Maurício Nunes Garcia

Introdução

Para pensarmos em projetos de felicidade para os homens negros, é preciso de antemão posicionarmos dois eixos que fundam a trajetória e experiência dos homens negros na diáspora. A primeira delas, diz respeito a política de extermínio e ao genocídio, que tem se colocado na vida dos homens negros e seus descendentes desde os anos de 1500. Uma grande aposta que sequestrou seus ancestrais e os obrigou a empregar a sua força de trabalho para construir uma riqueza da qual estes e seus

descendentes jamais usufruiriam. Aqui nos cabe informar que a média de vida dos negros escravizados nesse período era de sete e no máximo dez anos de vida (Nascimento 2016). Além das péssimas condições de trabalho com jornadas que duravam mais de 16 horas de trabalho braçal e sem descanso, os negros escravizados enfrentavam carências de alimentação e sucumbiam à proliferação de diversas doenças, ocasionando um número elevado de óbitos e amputações.

O segundo eixo versa sobre o caráter da resistência negra que estes homens tinham (e precisavam ter) desde o período colonial e que contribuiu para que a instituição da escravidão fosse derrubada. Esse povo construiu uma série de estratégias de resistências para manter alguma conexão ancestral, mas sobretudo para enfrentar a estrutura escravocrata que se impunha fortemente, ou seja, a capoeira enquanto arma de luta, os quilombos enquanto organizações políticas de acolhimento e de organização estruturadas para a luta, a destruição de máquinas e equipamentos que corroíam o seu povo em um grande moinho de gastar gente negra, além do cântico e da dança (Nascimento, 2016).

Para dar mais fundamentação a esta argumentação, achamos importante trazer uma carta datada de 1789 onde negros insurgentes da fazenda de Santana, em Ilhéus na Bahia após matarem seu mestre de açúcar propõem um tratado de paz, junto ao “seu senhor”. Neste documento os negros insurgentes pontuam uma série de reivindicações para retornarem as suas atividades laborais, tais como: redução da jornada de trabalho de 16 horas; um serviço no qual os homens empreguem mais a força do que as mulheres; a eleição de novos feitores. Outro ponto relevante abordado nesta carta diz respeito à reivindicação de brincar, folgar e cantar.

Meu senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás há de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos saber [...] Poderemos plantar nosso arros onde quizermos e em qualq pausem darmos parte p^a isso. A estar por todos os artigos a cima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos pontos p^a servir-mos como dantes, por que não queremos seguir os ini costumes dos mais engenhos. Podemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e ne seja precizo licenza (Moura, 2022, p. 86).

Assim, a possibilidade de inscrever esse conhecimento pelo ato de escrever e por sob descrição de experiências e análises, como o presente ensaio, inclusive, passa a ser um ato político e que manifesta o profissional e o pessoal, o político e o direito a felicidade (Kilomba, 2019). Como falar de masculinidades negras de modo a perseguir

o sujeito e não fugir dos predicados? Como falar de masculinidades negras sem cair no abismo da dicotomização colonial que elege ora o privilégio, ora a subordinação como escopos mutuamente excludentes e como chaves rígidas e exclusivas para destas posicionalidades de gênero e raça? Como falar da vida e felicidade quando estamos debatendo masculinidades negras? (Conrado e Ribeiro, 2017).

Conforme Moura (2022) para entendermos as relações sociais de sociedades como a nossa, marcadas pelo colonialismo, é imprescindível entender que os conceitos de classe e raça são indissociáveis. Essas dimensões são dispositivos essenciais para a dominação, e ambas dão o tom tanto das relações como das formas de rebeldia negra que serão assumidas.

A objetividade do processo histórico deve ser procurada na análise cuidadosa do desdobramento da aventura humana através do tempo, cuja lógica – a lógica da história – está inscrita na ação de seus protagonistas. Ela não é linear, nem o processo histórico é externo à ação dos agentes sociais e às suas lutas, mas intrínsecas a eles, determinada por eles e por sua consciência histórica e social (Moura, 2022, p. 24).

Esses homens oprimidos marcados por uma violência histórica e estrutural, têm nessa práxis rebelde³ desenvolvido formas de pensar e de criar outro tipo de sociabilidade. Para Moura (2020) o desenvolvimento da consciência social, se dá para além da percepção do campo imediato da realidade vivida pelo oprimido. A consciência abrange um conhecimento aprofundado das relações sociais, além da realidade complexa das diversas camadas da imediatez da dominação.

Essa consciência crítica das condições de vida em que os negros estavam inseridos no período colonial, são materializados em diversos cânticos populares da sociedade brasileira conforme pontuou Nascimento (2016, p. 58): “SOLO: Engenho novo está p’ra moer! CORO: Trabalhar até morrer! Ô trabalhar, ô trabalhar, olé! Trabalhar até morrer” (2016, p.58).

Partimos da premissa de que a música como forma de expressão do desenvolvimento de uma consciência crítica sempre foi um forte elemento presente nas reivindicações da população negra. Ao longo dos séculos observamos essa forma de expressão artística sendo empregada como meio de requisitar o direito de ser feliz. Felicidade no sentido de ter o direito a existência, o direito à vida, à saúde, ao lazer a

³ Práxis negra como categoria que é simultaneamente a explicação científica de um acontecimento, de uma realidade e o resgatar dos nexos que constituem esta realidade e consideramos que investigar e analisar os efeitos das resistências negras na organização social do Brasil é também resgatar a nossa verve resistência como elemento identitário, mas principalmente como catalisador de transformações democráticas e significativas na realidade. (Procópio, 2017, p. 29).

cultura e a manifestação religiosa livre de preconceitos, violência e discriminação.

Todavia, a violência, enquanto elemento fundante das relações sociais brasileiras, quando retratada no período colonial muitas vezes aparece com uma roupagem naturalizada, como se fosse um elemento obrigatório desse tipo de sociedade. Santos (2022) refuta essa ideia e afirma que a violência, as práticas de tortura e o genocídio dos povos originários e da população negra africana foi uma escolha. Para a autora essas escolhas foram feitas pela classe dominante da época, e foram questionadas inúmeras vezes. Percebe-se desta forma que a preocupação da classe dominante brasileira, a contar do período colonial, sempre foi o lucro e a exploração, o bem-estar dos negros e indígenas não interessava.

De fato, produzir e potencializar projetos de felicidade para a população negra, sem atentar para o racismo estrutural que condiciona a experiência de ser negro à condição de sub-humanidade, não seria uma forma de manutenção do racismo antinegro, que fixa a população negra na zona do não ser que tem como função primordial sustentar a colonialidade e o sistema capitalista neoliberal?

Trouxemos esta informação para salientar que o racismo, que tem se materializado sobre homens e mulheres negras, não surgiu ao acaso. Ele tem um período que vai fundamentar a base de existência, assim como a sua incorporação pela estrutura social. Para Santos (2022) e Munanga (2004) o racismo ganha cientificidade ao longo do século XVIII e XIX e continua sendo efetivado na contemporaneidade.

Negro drama: o processo de desumanização do Ser negro no Brasil

Seu nome era Evaldo Rosa. Homem negro de 51 anos, o músico no dia 7 de abril (domingo) de 2019, optou por sair com sua família para passear. No entanto, a sua diversão não foi permitida, pois antes de chegar ao destino pretendido, Evaldo e sua família (esposa, filhos e sogro), tiveram seu carro fuzilado por 62 tiros disparados por militares do exército. Os militares fizeram a suposição de que o carro que a família Rosa ocupava era um carro de traficantes em fuga (Ministério Público Federal, 2023). Evaldo devido a fatalidade, foi a óbito. O genocídio da população negra brasileira é uma política de morte que conforme o Rapper Emicida (2023) aponta na letra de sua música (Ismália) “80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo”.

O genocídio do negro brasileiro segundo Nascimento, (2016) se caracteriza como o uso de práticas sistemáticas de violências tais como (aniquilamento, violência psíquica e física). Essas práticas são criadas de forma planejadas para a extinção

cultural, político ou econômica de um grupo. Para esta obra, optamos por utilizar a categoria de genocídio em diáspora utilizada por Almeida (2014). A autora se pauta em Vargas (2010), para inferir que as múltiplas desigualdades sociais que atinge a população negra, focadas em realizar práticas de terror racial e de genocídio são características fundantes da nossa formação social. Para Vargas (2010) na diáspora, nega-se o direito da população negra a viver na sua plenitude como cidadãos ou seres humanos. Nessa linha de raciocínio, o autor entende que o genocídio forja a base de onde as diversas manifestações da negritude são construídas e desenhadas.

Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira *et al*, 2024), o número de pessoas negras vítimas de violência correspondeu à 76,5% das vítimas mortas por violência letal no Brasil⁴, ao cruzarmos estes dados com o percentual de homens jovens vítimas de violência, o número corresponde à 86,7%. Esses indicadores nos permitem inferir que a maioria dos jovens mortos por violência, em nosso país podem ser homens pretos e pardos. O músico negro assassinado pelo Exército, é a materialidade daquilo que Procópio (2017) define como racismo estrutural.

Nossas considerações tomam o racismo como elemento estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Afirmar que o racismo é estrutural implica pensá-lo como sendo relativo ao fundamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura (Procópio, 2017, p. 30).

Partindo da pensadora, entendemos que analisar como o racismo se materializa nas relações sociais da sociedade brasileira e impacta no genocídio e nas condições de vida concreta de homens negros é fundamental. Nessa chave analítica, é possível considerar como o racismo se forja como elemento constructo das masculinidades negras. Para Procópio (2017, p. 31) o racismo também é estruturante, pois ele opera como elemento dinâmico que nas palavras da autora “favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade. É um agente expressivo que articulado a outros, como o patriarcado e o sexismo, impede a erosão das relações de exploração e das condições de desigualdades”.

⁴ “Quando lidamos com a violência contra pessoas negras, no recorte da segurança pública, ainda precisamos, mesmo frente às evidências que os dados nos trazem, indicar e problematizar a existência de um padrão recorrente de tratamento diferenciado, sob o risco de contribuirmos para a sua naturalização”. E naturalizar que a violência letal esteja endereçada à população negra equivale a não reconhecer que há uma arquitetura estatal que sustenta essa dinâmica. Ou seja, nessa leitura, são tidos como inexistentes tanto a maior vulnerabilidade negra à violência quanto a responsabilidade do Estado Brasileiro nessa questão (IPEA, 2025, p. 73).

Desde o período colonial, homens negros, lutam insistentemente para provar que são seres dotados de humanidade. No entanto, devido a uma série de atos de processos antinegros essa humanidade lhes é negada.

Nessa esteira, hooks (2022) afirma que é necessário refletir de maneira crítica sobre o nosso passado, para defender os nossos corpos das inúmeras violências raciais que contribuem para que nossos corpos sejam tratados como objeto de morte. Outrossim, devido ao racismo ser uma tecnologia de controle social sobre corpos negros, é importante debatermos e analisarmos como ele vem se reatualizando ao longo dos séculos. De acordo com Mbembe (2014, p.31), “seria erróneo pensar que saímos definitivamente deste regime, do qual o comércio negreiro e, depois a colônia de plantação ou simplesmente de exploração foram o panorama originário”, elementos que foram indispensáveis a construção do modo de produção capitalista.

Embora homens negros tenham um histórico perene de dor, desde o período colonial, esses mesmos homens, tentam abolir com esse sofrimento que lhes foi dado. Desde o início da escravização, os africanos e seus descendentes confrontam essa instituição de sofrimento construída sob o símbolo da não humanidade.

[...] eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta. O afrodescendente escravizado praticou, ainda a forma não violenta ou pacifista de manifestar sua inconformidade com o sistema. Foi o mais triste e trágico típico de rejeição - o banzo. O africano era afetado por uma patética paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltavam-lhes as energias, e assim ele, silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente (Nascimento, 2016, p. 71).

Essas várias formas de negar o sistema e de não se submeter a esse esquema de dominação e de perda de humanidade era a forma que o negro dinamizava o sistema e se afirmava como sujeito histórico (Moura, 2022). Para Moura (2022, p. 20) havia uma dualidade no ser escravo, pois se o mesmo de um lado era coisa, do outro ele era ser, isso se dava devido ao fato de que “[...] por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos não totalmente, a sua inferioridade humana. E isso era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos de negação ao sistema”.

Mediante a todo esse sistema que se colocou na vida de homens negros durante mais de 300 anos no período colonial e tem se aprofundado com a marginalização da população negra na sociedade de classes moderna, é importante tecermos o seguinte questionamento a partir da letra de Sorriso Negro, magistralmente interpretada por Dona

Ivone Lara: “Um sorriso negro traz felicidade? Em uma sociedade marcada e forjada pelo racismo, é possível o homem negro ter a felicidade em sua plenitude?” Para respondermos a esse questionamento utilizaremos cantores negros de diversos estilos musicais que trazem essas problematizações em seus versos e cantos.

Em 1994 Cidinho e Doca lançavam o “Rap da felicidade”. Cidinho e Doca, dois homens negros através de seus versos reivindicavam o direito a felicidade, e o direito de o povo negro favelado ser tratado com respeito e dignidade pelas autoridades governamentais, sobretudo as forças de segurança pública do Estado.

Eu só quero é ser feliz. Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é. E poder me orgulhar. E ter a consciência que o pobre tem seu lugar. Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz ... Onde eu nasci, han! E poder me orgulhar. E ter consciência que o pobre tem seu lugar (Cidinho e Doca, 1994).

Para hooks (2022), homens negros são inscritos na modernidade por meio do símbolo do temor e do não amor, para a autora esses são os símbolos dados aos homens negros na cultura do patriarcado supremacista branco capitalista. Segundo a pensadora se homens negros fossem amados, estes homens poderiam construir um caminho diferente não centralizado somente no drama e no sofrimento. Eles poderiam esperar algo além de uma vida confinada, ou marcada pela violência. Esses homens segundo a autora “poderiam se imaginar além da repressão” (hooks, 2022, p. 34). No “Rap da Felicidade”, os compositores da música tentam vislumbrar como seria uma vida sem repressão, sem violência e sem medo. E vão além problematizam o tratamento diferenciado que as autoridades públicas dão a pessoas brancas de maior poder aquisitivo e aos pobres negros moradores de favela.

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer. Com tanta violência eu sinto medo de viver, pois moro na favela e sou muito desrespeitado, a tristeza e alegria aqui caminham lado a lado. Eu faço uma oração para uma santa protetora, mas sou interrompido à tiros de metralhadora. Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela. O pobre é humilhado, esculachado na favela, já não aguento mais essa onda de violência só peço a autoridade um pouco mais de competência (Cidinho e Doca, 1994).

As relações sociais na sociedade brasileira marcadas pelo racismo estrutural e estruturante arrolam o homem negro numa zona de não-ser. Para Fanon (2008) o negro não é um homem, pois está em desacordo com o modelo de humanidade universal. Ou seja, o modelo de homem europeu, que tem o homem branco ocidental como referencial

de humanidade e racionalidade. “Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida [...] onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (Fanon, 2008, p.26).

O autor vai além e dá a definição do que entende por homem. “O homem é um sim vibrando com as harmonias cósmicas. Desenraizado, disperso, confuso, condenado a ver se dissolverem, uma após as outras as verdades que elaborou” (Fanon, p. 26). No entanto o negro na concepção do autor devido a uma série de violências não consegue atingir esse referencial, pois se construiu numa sociedade de onde é necessário retirá-lo.

Pondo o autor em diálogo com hooks (2022), homens negros por inúmeras vezes são condicionados a uma prisão mental, da qual são incapazes de descobrir uma saída. Esse fenômeno ocorre porque na cultura patriarcal capitalista, todos os homens possuem um papel limitado que restringe e confina as suas capacidades. E quando esses elementos são interseccionados com raça e classe, percebe-se que homens negros “[...] suportam as piores imposições da identidade patriarcal masculina de gênero” (hooks, 2022, p. 34). No Brasil quando analisamos os indicadores de desigualdades sócio raciais observamos que negros figuram os piores números. O que pode impactar no fato de homens negros não possuírem, ou não terem condições de buscar a felicidade plena.

Em pesquisa recente realizada pela Associação de Mobilidade e Tecnologia (AMOBITEC) em conjunto com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). 68% dos trabalhadores entregadores de aplicativo se autodeclaram negros, esse número procede de uma constelação de pouco mais de 1,2 milhões de entregadores de aplicativos que existem no país. Esse perfil também é maioria quando recortado para os motoristas de aplicativos dos quais 62% se autodeclaram negros (Associação de Mobilidade e Tecnologia, 2023).

Estamos falando de um universo expressivo da população de homens negros que está fora do mercado de trabalho formal. Inseridos na erosão do trabalho contratado e regulamentado, no século XXI, esses homens não têm acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, licença paternidade. Se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda (Antunes, 2011).

Para Mbembe (2014) o capitalismo neoliberal, funda um novo modelo de homem. Esse protótipo humano é caracterizado por serem nômades do trabalho, “[...] se, ontem, o drama, do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia [...] é não poder já ser explorado de todo, é ser objeto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao

abandono” (Mbembe, 2014, p.27).

Parte destes homens para o autor, não possuem mais utilidade ao capital, logo, se constituem como corpos descartáveis. O indivíduo do capital neoliberal é um indivíduo novo, “sujeito do mercado e da dívida”, incluído numa lógica político-econômica necro. Para homens negros que não conseguem vender a sua força de trabalho ao capital, o descarte da sua mão-de-obra significa morte, ou encarceramento em massa.

Outro campo em que os homens negros estão inseridos e que carece de atenção é a educação, devido ao alto índice de evasão escolar da população negra. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, constatou que 71,7% dos jovens que deixaram de frequentar a escola antes de completar o ciclo da educação básica se autodeclararam negros.

Nos anos iniciais compreendidos entre o 1º e o 5º ano, a permanência de crianças de ambas as raças permanecem iguais 95%. No entanto, no segundo ciclo do ensino fundamental esses números, possuem disparidades sociorraciais.

Com relação ao final do ensino fundamental: 89,3% das meninas de 11 a 14 anos estão matriculadas na escola enquanto o número de meninos equivale a 85,8% desse público. A média de frequência escolar, se dá entre brancos 90,4% e negros 85,8%. Ocorre um processo silencioso de evasão escolar de homens negros, que tem suas raízes no racismo histórico, e esse processo pouco é debatido pelas autoridades da Política de Educação. Carneiro (2005) categoriza processos como esse de epistemicídio, a autora descreve esse processo por ser um:

[...] banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar (Carneiro, 2005, p. 96).

A educação em um país de cidadania escassa como o Brasil, se configura como uma das fontes para uma possível ascensão social. Quando observamos indicadores sociais que apontam que estes homens no segundo ciclo do fundamental, iniciam o processo de abandono escolar, significa dizer que a dificuldade de acesso a serviços essenciais se coloca desde muito cedo para esse público. Homens negros deixam de

frequentar a escola porque precisam trabalhar para completar a renda de suas famílias, ou, por algum motivo se tornaram chefes de família prematuramente e isso, terá impactos sérios no seu futuro.

Homens afrodescendentes passam por um estigma negativo que atenta sobre a sua masculinidade. Negros precisam sempre dar o melhor de si, e cumprir como o ditado popular de que por ser negro “Ele precisa ser duas vezes melhor”. É fundamental compreender as masculinidades negras por meio de uma análise interseccional pois, “[...] dentro do emaranhado de raça, gênero e classe entre outros, que persistem os mecanismos que reproduzem nossa morte, nossa subtração existencial. E essa operação é viva, movente e dialeticamente voltada para a anulação” (hooks, 2022, p. 23). O grupo de Rap “Racionais MC” traz a problematização com relação a necessidade do negro ser duas vezes melhor.

Desde cedo a mãe da gente fala assim: 'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.' Aí passado alguns anos eu pensei: Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? duas vezes melhor como? Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez (Racionais MC, 2015).

Ao longo da música Mano Brow, compositor dos Racionais faz uma denúncia sinalizando o quanto o racismo aliado ao capitalismo incide na construção social do ser negro. “o capitalismo me obrigou a ser bem-sucedido, acredito que o sonho de todo pobre, é ser rico” (Racionais MC, 2015). O título do Rap representa um grande paradigma para homens negros no Brasil, “A vida é um desafio”.

A vida para homens negros é um desafio devido aos inúmeros estigmas raciais, preconceitos e violências que se colocam sobre seus corpos, violências essas que os impedem de atingirem ou viverem a plenitude do ser. Os rappers brasileiros na música trazem a importância de homens negros não perderem a capacidade de sonhar e acreditar. Uma questão importante é refletir se de fato é possível dentro dessa sociedade que não humaniza corpos negros, acreditar, sonhar e ter uma felicidade plena.

O patriarcado supremacista branco capitalista imperialista é um sistema inter-relacionado de dominação que nunca empoderará de maneira plena os homens negros. Neste momento, esse sistema está linchando simbolicamente massas de homens negros, sufocando a vida deles, ao lhes tornar quase impossível o aprendizado de habilidades básicas de leitura e escrita na infância; ao promover o vício como sistema de livre iniciativa que trabalha para fornecer riqueza inédita para poucos e um consolo breve da dor coletiva para muitos; ao submetê-los ao desemprego generalizado e à contínua atração

psicológica a comportamentos masculinos patriarcais que acarretam riscos de morte (hooks, 2022, p. 36).

A Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã em seu primeiro Título que disserta sobre “Os Princípios Fundamentais” defendem que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; [...] III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988, p.01)

Quando refletimos sobre a materialidade desses objetivos na vida de homens negros, observamos que eles quando postos em defrontação com a realidade social, não conseguem ser materializados. Isso se dá devido a esses homens estarem inseridos numa democracia burguesa, que transmite a falsa ideia de que todos são iguais e livres. Entretanto na realidade social de homens e mulheres negras esses valores defendidos de liberdade e igualdade, não se consolidam, pois, a população negra é marcada antes de tudo pelo racismo estrutural e estruturante.

Mesmo quando homens negros assumem o modelo de masculinidade do modo de produção capitalista, caracterizada pela virilidade, violência, o de ser o “macho alfa”, ele sofre condenação, pois no caso dele pesa o “mito do negro inferior” (Fanon, 2008). Uma inferioridade que foi historicamente incutida na sociedade pela branquitude, que faz com que a sociedade tenha a leitura de que o homem negro é o “preguiçoso”, o “mulherengo”, o “malandro” o “mal pai”, o “cachaceiro”.

Percebemos que existem uma série de estigmas que não vão permitir que o indivíduo negro, tenha passibilidade na sociedade burguesa, mesmo que tente incorporar o modelo de masculinidade branca hegemônica.

Buscando apontar como se inicia o processo de desumanização do ser negro nas sociedades colonizadas, Fanon (2008), traz elementos importantes para a reflexão. Segundo o autor, se o padrão hegemônico de humanidade é o branco, o negro vai se utilizar de dispositivos sociais na busca de tentar se embranquecer. Pois, em determinado momento devido ao processo de não reconhecimento da sua humanidade, homens e mulheres negras iniciam um processo de sofrimento psíquico por não atenderem aos padrões estéticos estabelecidos.

Se ele é malgaxe, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade. Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (Fanon, 2008, p. 94).

É preciso olharmos para a estrutura social do capitalismo, que tem forjado as masculinidades hegemônicas e buscarmos formas de conscientizar o inconsciente, no sentido de agir pela luta de modificação das estruturas sociais. Pois, o verdadeiro fundamento do conflito que contribui para que as masculinidades negras não sejam lidas como humanas, compreende a estrutura e a superestrutura do modo de produção capitalista.

Nessa guisa teórica trazemos o pensamento de Mbembe (2014) que refere que o homem do capitalismo neoliberal, difere muito do da primeira industrialização. Para o pensador, o homem do neoliberalismo é um indivíduo preso em seu desejo, um ser que a sua felicidade depende da necessidade de se reinventar publicamente, e oferecer a sua vida íntima ao mercado. Seu Jorge, cantor negro, problematiza o quanto as desigualdades sociais do capitalismo impedem o homem negro de ter uma vida digna.

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino. Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão. Nem o bom menino que vendeu limão e, trabalhou na feira pra comprar seu pão ... Não aprendia as maldades que essa vida tem. Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém. Juro que nem conhecia a famosa FUNABEM. Onde foi a minha morada desde os tempos de neném. É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem. Se eu pudesse eu tocava em meu destino ... Hoje eu seria alguém (Seu Jorge, 2005).

Pondo o cantor em diálogo com Moura (1994), compreendemos que o racismo tem sido uma tecnologia de controle social secular, que ao longo da história tem colocado homens e mulheres negras num lugar de desprestígio, enquanto homens e mulheres da elite branca numa zona de privilégios. Na contemporaneidade o racismo tem se renovado como tecnologia social de dominação. E esse fator tem contribuído para que homens negros sejam os mais assassinados pela necropolítica, as maiores vítimas de um processo que não permite que esses homens exerçam o direito de paternar.

De acordo com Fanon (2008), é preciso que o negro seja retirado desse universo em que ele sofre uma série de aberrações afetivas. Uma série de violências que o impedem de ter uma cidadania plena, pois em todos os ciclos da vida, da infância a juventude esse homem é violentado passando por aquilo que Fanon (1961) categorizou como violência atmosférica. Essa categoria cunhada pelo autor, aponta que nas sociedades que foram colonizadas, ocorre uma violência que corre, e percorre toda a parte e no caso dos negros ela se faz presente em todos os níveis e ciclos da vida e que se iniciam na gestação, sobretudo quando pensamos os inúmeros casos de violência obstétrica contra mulheres negras. Seu Jorge 2005, na letra da música “Problema Social”, advoga poeticamente que se outras oportunidades fossem dadas ao homem negro a sua vivência, poderia ter sido outra.

Se eu pudesse eu tocava em meu destino. Hoje eu seria alguém ... Seria eu um intelectual. Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal. Muitos me chamam pivete, mas poucos me deram um apoio moral. Se eu pudesse eu não seria um problema social. Se eu pudesse eu não seria um problema social (Seu Jorge, 2005).

Se o racismo não fosse estrutural, e o homem negro não passasse por inúmeros processos de racismo antinegro, outro *modus vivendis* poderia ser vislumbrado por esses homens. Desta forma o negro poderia atingir ou viver a chamada cidadania plena, onde o direito a felicidade está incutido. Para Faustino (2014) homens negros, não se constituem como homens de verdade, devido as barreiras sociais objetivas e subjetivas que são oferecidas a estes homens na sociedade colonial. Para o pensador, homens negros não dispõem dos recursos sociais para atender aos padrões de masculinidades hegemônicos.

Acreditamos que seja de fundamental importância compreender o racismo como um multiplicador ideológico. Para Moura (1994) o racismo serviu de recurso para expandir o império das nações dominadoras que lucravam com o tráfico atlântico de negros escravizados e tem se reatualizado e sido empregado como justificativa para a continuação dos crimes e violências raciais praticadas contra a população negra. Desta forma, a rebeldia, ou seja, a negação sistemática desse modelo de sociedade tem se constituído como prática de resistência secular de homens e mulheres negras para negar o racismo enquanto arma de dominação.

Considerações Finais

Este ensaio não buscou fazer um *check list* das etapas que compõem a construção de um projeto de felicidade para homens negros na diáspora. Longe de ser um roteiro a ser seguido como modelo, é mais uma tentativa de apontar como a população negra vem denunciando e re(existindo) as múltiplas formas de construção do racismo antinegro.

No percurso dessa reflexão, percebemos que a cultura, a religião, a luta, a arte e a música são repertórios simbólicos negros imprescindíveis. Além do mais, pode-se constatar na história do Brasil um conjunto de movimentos sociais em que os homens negros lideraram, como na Imprensa Negra, na Frente Negra Brasileira, na União dos Homens de Cor, no Teatro Experimental do Negro, dentre outros. Quebrando estereótipos e sendo aquilo que o mundo branco não previu e não queria: senhores de si. Todos com forte e indispensável presença das mulheres negras.

Uma das sínteses possíveis sobre a potência de pesquisas que acionam a narratividade a partir de um questionamento voltado para análise da resistência dos homens negros na diáspora pode ser dialogada com os versos da música Agradecendo a Deus, interpretada por Leandro Sapucaí: “Tantos perigos já passei. Campo minado atravessei... Balas perdidas nunca me encontraram. Meu patrimônio está aqui. É esse dom que Deus me deu. Maus tempos, ventos. Nunca me levaram” (2010).

E por isso navegar nos versos de denúncia e resistência pode significar ir ao encontro de dilemas, limites, mas também saídas criativas para cuidar e garantir a existência e o direito à felicidade dos homens negros hoje, amanhã e sempre!

Referências

Almeida, Magali da Silva. *Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo*. EM PAUTA (RIO DE JANEIRO), v. 12, p. 131-154, 2014.

Amobitec. *Com dados inéditos de 99, iFood, Uber e Zé Delivery, pesquisa mostra quem são e quanto ganham motoristas e entregadores no Brasil*. Disponível em: <https://amobitec.org/com-dados-ineditos-de-99-ifood-uber-e-ze-delivery-pesquisa-mostra-quem-sao-e-quanto-ganham-motoristas-e-entregadores-no-brasil>. Acesso em: 7 jun. 2024.

Antunes, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 mai. 2025.

Carneiro, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp. 339.f. 2005 (Tese de doutorado). São Paulo, 2005.

Cidinho e Doca. *Rap da Felicidade*. Rio de Janeiro: Columbia, 1994.

Conrado, Monica Prado e Ribeiro, Allan Augusto. M. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 73–97, 2017.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Editora ULISSEIA limitada. Tradução de SERAFIM FERREIRA, Capa de SEBASTIÃO RODRIGUES. Transcrição: João Filipe Freitas, 1961.

Faustino, Deivison Nkosi. O Pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, E, V. (Org) *Feminismos e Masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75-104, 2014.

Frazão, Dilva. *Biografia de José Maurício Nunes Garcia*. Disponível em: https://www.ebiografia.com/jose_mauricio_nunes_garcia. Acesso em: 15 jun. 2025.

hooks, bell. *A gente é da Hora homens negros e masculinidades*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, n. 41. 2019*. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 02 abr.2022.

Ipea. *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acessado em: 20 dez. 2022.

Kilomba, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

Leandro SAPucahy. *Agradecendo a Deus*. Disponível em: <https://www.letras.com.br/leandro-sapucahy/agradecendo-a-deus>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Mbembe, Achille. *Crítica da razão negra*. 1ª ed.- São Paulo: Antígona, 2014.

Ministério Público Federal. *MPF defende responsabilização civil da União por morte de músico*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-defende-responsabilizacao-civil-da-uniao-por-morte-de-musico>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Moura, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 6. ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

Moura, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

Moura, Clóvis. *O Racismo como arma de dominação*. 1994. Revista Princípios nº 34, ago-out 1994, pág. 28-38.

Munanga, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l.: s.n.], 2004.

Nascimento, Abdias. *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Procópio, Ana Paula. *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura*. 2017. 291f. Tese (de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

Racionais MC. *A vida é um desafio*. São Paulo: 2015. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/66802>. Acesso em: 27 jun. 2025.

Ribeiro, Darcy. *O Povo Brasileiro a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

Santos. Ynaê Lopes dos. *Racismo Brasileiro: Uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

Seu Jorge. *Problema Social*. 2005. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/seu-jorge/456890>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Vargas, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 2, jul./out. 2010. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/90>. Acesso em: 12 mai. 2025.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.